



## PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

### NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Na sequência dos trágicos acontecimentos de Castelo de Paiva que enlutaram e enlutam o país, foi instaurado de imediato, nos serviços do Ministério Público junto do Tribunal da Comarca de Castelo de Paiva, um processo de inquérito destinado a averiguar responsabilidades penais. Em face da repercussão social do caso e de eventual complexidade processual superveniente, o Procurador-Geral da República determinou, ao abrigo do nº1 do artigo 68º do Estatuto do Ministério Público, que o magistrado titular do processo passasse a ser o Procurador-Geral Adjunto Dr. António Pinto Hespanhol, que exerce funções na Procuradoria-Geral Distrital do Porto.

A propósito de notícias já emitidas sobre o assunto, afirma-se que o Ministério Público não poderá deixar de adoptar, também na investigação em questão, o distanciamento indispensável à concretização de critérios de objectividade e isenção estritas.

Tal implica que os seus únicos propósitos sejam os de contribuir, com o maior empenho, para a efectivação da justiça penal de um Estado de Direito. Assim, se por um lado ninguém deverá ser considerado acima da lei, por outro lado, a investigação só poderá ser dirigida contra alguém em concreto, com base em elementos de prova suficientemente indiciadores coligidos no processo. É completamente prematuro, por isso, adiantar com utilidade neste momento o que quer que seja mais sobre o assunto, sem prejuízo dos esclarecimentos públicos que de futuro se vierem a revelar necessários, ao abrigo do nº 9 do artigo 86º do Código do Processo Penal.

Lisboa, 09 de Março de 2001

A Assessora de Imprensa

Sara Pina